
Desafios e evolução da EJA no Brasil Challenges and evolution of EJA in Brazil

FABIANA FACTORI FERREIRA¹
NATÁLIA BARALDI CUNHA²

RESUMO: A educação da EJA é vista como uma forma de alfabetizar para quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por algum motivo tiveram de abandonar a escola. A Constituição Federal de 1891 proibia o voto ao analfabeto, e em 1890 o censo mostrou que 80% da população eram analfabeta, o que gerou na época entre os intelectuais brasileiros um sentimento de vergonha, perante outros países (Albuquerque, 2005). A Constituição Brasileira (1988) estabelece no art. 208 o direito à educação de jovens e adultos. É dever do Estado efetivar a educação mediante garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade apropriada para frequentar a escola. A situação do analfabetismo possui uma grande evolução e ainda é um grande desafio, no entanto muitos brasileiros já obtiveram melhora da qualidade de vida e educação.

Palavras-chave: EJA, analfabetismo, questões sociais.

ABSTRACT The Education for Young and Adults system is been saw as a literacy way for those who didn't have opportunities of studying at the childhood or those who by any reason had to abandon the school. The Federal Constitution from 1891 used to forbid the vow to the illiterate, and in 1890 the census showed that 80% of population were illiterate, what caused among the Brazilian intellectuals, at that period, a sense of shame before the other countries (Albuquerque, 2005). The Brazilian Constitution (1988) established in the art. 208 the right of education for the young and adults. It's State's duty actualize the education ensuring fundamental, compulsory and free education, including for those who

¹Aluna do curso de pós-graduação em Formação Pedagógica para Docência da UNINGÁ. Rua Coronel Fonseca, 2041, Ap. H33, Jardim Bom Pastor, CEP: 18.603-495. Botucatu-SP. Brasil. E-mail: fabi.fferreira@yahoo.com.br.

²Professora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP, Pós-graduada em Nutrição Clínica Funcional, Mestre em Bases Gerais da Cirurgia - Área de Nutrição, Doutoranda em Bases Gerais da Cirurgia - Área de Nutrição,

didn't have access to the school at the right age. The illiteracy situation has a great evolution and is still a great challenge, however lots of Brazilians already obtained improvement in the life quality and education.

Key-words: EJA, illiteracy, social issues.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil iniciou-se em 1988 sendo registrada no “Boletim de Ação Educativa” com amplo enfoque de uma sociedade igualitária com a Educação de qualidade em todas as áreas focadas e valorizadas. Desde a década de 40 o governo já pensava em estratégias de alfabetização da população baseada em alguns interesses políticos e econômicos que seriam necessários para acelerar o crescimento do Brasil, como por exemplo aumentar a base eleitoral. Nesta época, somente os alfabetizados podiam votar e o processo de industrialização necessitava de mão de obra especializada e alfabetizada (CERATTI, 2010).

Segundo Costa (1999), a EJA no Brasil surgiu como uma alternativa à qualificação de mão de obra para atender as demandas do processo de industrialização. Portanto, sua principal função era a de formar indivíduos autônomos e sem nenhum senso crítico.

Já Cunha (1999), afirma que na década de 40 a ideia que se tinha era que o analfabetismo gerava pobreza e marginalização. O adulto analfabeto era incapaz política e juridicamente, sendo assim não podia votar ou ser votado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2009 a taxa analfabetismo no país era de 9,02%, sendo a 82ª maior do mundo.

A política de educação trouxe avanço para a população analfabeta e para pessoas que possuíam alguma vulnerabilidade social e que, por isso, desistiam de estudar, assegurando, assim, uma melhor qualidade de vida para estes indivíduos. Entretanto, algumas reformas e melhorias ainda se fazem necessárias.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura no qual foram selecionadas 11 referências. Foram abordados neste estudo: artigos científicos, livros,

entrevistas em sites e artigos de jornais, para adquirir uma visão histórica e atual do tema abordado, com textos datados de 2001 a 2013.

RESULTADOS

Histórico da Educação ao EJA no Brasil

A história da educação no Brasil evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem entendidas. A chegada dos portugueses ao território brasileiro trouxe padrões de educação característicos da Europa. No entanto, a população indígena local já possuía padrões próprios de educação, moral e costume, assim retratado na série de televisão Xingu (BELLO, 2001).

Com a chegada dos jesuítas, além da moral, costumes e religiosidade europeia, vieram também métodos pedagógicos (GENTIL, 2011). As escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, o Ratio Studiorum, não se limitando apenas ao ensino das primeiras letras, mas também aos cursos de Letras e Filosofia; Teologia e Ciências Sagradas (nível superior), para a formação de sacerdotes. Funcionou com bom êxito durante 210 anos (1549 a 1759), até que Marquês de Pombal, por conflitos de interesse da corte, os expulsou e implantou um sistema educacional onde cada aula era autônoma, com um único professor em cada e não se articulava nem se vinculava umas com as outras, se tornando um verdadeiro caos (BELLO, 2001; GENTIL, 2011).

A vinda da Família Real para o Brasil permitiu uma nova ruptura. D. João VI, com o intuito de preparar a estadia da família, fundou academias militares, escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia. Com o surgimento da Imprensa, permitiu-se que os fatos e as ideias fossem divulgados e discutidos com a população letrada, preparando-os para as questões políticas (BELLO, 2001).

Em 1823, na tentativa de suprir a falta de professores, instituiu-se o método Lancaster, ou método do “ensino mútuo”, onde um aluno treinado (decurião) ensinava um grupo de dez alunos (decúria), sob uma rígida vigilância de um inspetor (BELLO, 2001).

Em 1826, um decreto instituiu quatro instruções: Pedagogias, (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. Em 1827, um novo projeto de Lei propõe a criação de pedagogias em todas as cidades e vilas, além de prever um exame de seleção de professores e propor a abertura de escolas para meninas (BELLO, 2001; GATO, 2011).

Em 1835 surge a primeira Escola Normal do país, em Niterói, graças ao Ato Adicional à Constituição, em 1834. Em 1837, no Rio de Janeiro, funcionava o Seminário de São Joaquim e era criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário, que, entretanto, não foi atingido (BELLO, 2001; GATO, 2011).

A Reforma de Benjamin Constant tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade (não possuir partido religioso) do ensino, como também a gratuidade da escola primária, seguindo a Constituição Brasileira (BELLO, 2001; GATO, 2011).

Na década de 1920, ocorreram diversos processos de mudanças na educação de abrangência estadual. No entanto, o marco foi na década de 30, com o mundo capitalista de produção, mercado interno, produção industrial e a exigência de mão-de-obra especializada, sendo necessário, dessa forma, investir em educação (BELLO, 2011).

Assim sendo, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, e em 1931 o governo sancionou decretos, conhecidos como "Reforma Francisco Campos", organizando o ensino secundário e as Universidades brasileiras já existentes (GENTIL, 2011).

Em 1934, a Nova Constituição dispõe pela primeira vez que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos. Por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, originou-se a Universidade de São Paulo, sendo a primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 (BELLO, 2001; GATO, 2011).

Em 1935, o Secretário da Educação do Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), Anísio Teixeira, criou a Universidade Federal, na qual se situava o Instituto de Educação (BELLO, 2001; GATO, 2011).

Por iniciativa do Ministro Gustavo Capanema, em 1942, alguns ramos do ensino foram reformados, recebendo o nome de "Leis Orgânicas do Ensino", leis estas que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial–SENAI, valorizando o ensino profissionalizante (BELLO, 2001; GENTIL, 2011).

Neste período, por cinco anos, o curso primário (sendo quatro de curso ginásial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico) perdeu o caráter propedêutico para o ensino superior e passou a se focar mais com a formação geral (BELLO, 2001).

Com o fim do Estado Novo e a adoção de uma nova Constituição, determinou-se que a Educação fosse obrigatória e que tivesse que cumprir o ensino primário e desse competência à União para legislar

sobre diretrizes e bases da educação nacional, voltando o preceito de que a educação é direito de todos (BELLO, 2001; GATO, 2011; GENTIL, 2011).

Em 1946, o Ministro Raul Leitão da Cunha regulamentou o Ensino Primário e o Ensino Normal e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -SENAC (BELLO, 2001).

Baseado nas doutrinas da Carta Magna de 1946, o Ministro Clemente Mariano criou uma comissão com o objetivo de elaborar uma reforma geral na educação nacional, organizada em três subcomissões: a primeira para o Ensino Primário, a segunda para o Ensino Médio e a terceira para o Ensino Superior, sendo este encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica (BELLO, 2001).

Em 1961 teve início uma campanha de alfabetização, cuja didática é criada pelo pernambucano Paulo Freire que propôs alfabetizar adultos analfabetos em apenas 40 horas. Em 1962 foi criado o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no método de Paulo Freire: “identificamos a valorização do conhecimento e do estudo, no sentido de entender mundo para interpretá-lo e então poder transformá-lo” (CÉZAR, 2010).

Para erradicar o analfabetismo no Brasil foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização–MOBRA. Porém, este não conseguiu atingir seu objetivo devido a denúncias de corrupção e acabou extinto, sendo criado, em seu lugar, a Fundação Educar (DI PIERRO, 2001).

Em meio à ditadura militar foi instituída a Lei 5.692, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971, com objetivo principal de tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante (BELLO, 2001).

O desenvolvimento do projeto EJA e algumas leis

A Constituição Federal de 1891 proibiu o voto ao analfabeto. Em 1890, um censo mostrou que 80% da população era analfabeta, fato que gerou um sentimento de vergonha entre os intelectuais brasileiros da época perante outros países (ALBUQUERQUE, 2005).

A década de 1950 foi marcada por críticas à Campanha de Educação de Adultos no que se refere à deficiência financeira, administrativa e pedagógica. Nesse momento foi feita uma reconstrução do analfabetismo, sendo apresentado um novo modelo pedagógico pelo educador popular Paulo Freire, no qual era preciso que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo. Nesse novo pensamento, o educador atuava como sujeito da

aprendizagem propondo uma ação educativa que não negasse sua cultura e a fosse transformadora através do diálogo (BELLO, 2001; GATO, 2011).

A Constituição Brasileira (1988), expressa no art. 208, estabelece o direito à educação de jovens e o dever do Estado com a educação (VENÂNCIO, 2007).

Em relatório no Senado Federal em 2006, foram afirmados a importância e algumas leis da EJA no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FUNDEB):

Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010 que diz:

Art. 4º. O Dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (...)

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que foram trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (...)

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parecer CNE/CEB Nº 11/2000: A EJA, de acordo com a Lei 9394/96, passando a ser uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufrui de uma especificidade própria que, como tal deveria receber um tratamento consequente (p. 2).

Resolução CNE/CEB Nº 1/2000: Art. 5º § único: Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (...).

A não garantia de recursos para manutenção e desenvolvimento da EJA, como modalidade do ensino fundamental e médio, além de descumprir os preceitos legais em vigor, para a construção da política de

educação de jovens e adultos, ainda desconsiderava os princípios defendidos nos documentos internacionais, dos quais é signatário.

Propostas Curriculares da Educação da EJA

De acordo com Gato (2011), as propostas curriculares para a EJA, segundo o parecer 11/2000 estão divididas em três funções importantes funções a serem consideradas: reparadora, equalizadora e qualificadora.

- *Função reparadora*: se refere ao ingresso no circuito dos direitos civis, pela restauração de um direito negado e o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

- *Função equalizadora*: formar e incentivar, propor e garantir uma distribuição e alocação em vista de mais igualdade de modo a proporcionar maiores oportunidades, de acesso e permanência na escola, aos que até então foram mais desfavorecidos.

- *Função qualificadora*: propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida própria, ou seja, é mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA.

Dados da EJA no Brasil

Dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD) divulgados em 27\09\2013 mostram que a proporção de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever passou de 8,6% em 2011 para 8,7% em 2012, o que representou de 297 mil analfabetos, de 12,866 milhões para 13,163 milhões, respectivamente, permanecendo estagnada em 1,2%. Já a taxa entre 40 e 59 anos a taxa de analfabetismo aumentou.

Os dados de analfabetismo são mais preocupantes no Nordeste, onde a taxa subiu meio ponto porcentual em um ano, passando de 16,9% para 17,4%. A região apresenta 27% da população total de 15 anos ou mais de idade, e entre os analfabetos nesta faixa etária, 54% estão concentrados nesta localidade. Ou seja, um em cada dois analfabetos do País é nordestino. No Centro-Oeste, a taxa de analfabetismo também teve aumento, oscilando de 6,3% para 6,7%.

A Região Sul se destaca positivamente como a região com o menor percentual de analfabetos, calculada em 4,7% de sua população, e efetivamente, a única região com mais de 95% de alfabetização. Em contrapartida, a Região Nordeste, com mais de 17% de sua população sendo analfabeta em 2010.

Segundo o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), em 2009 a taxa analfabetismo no país era de 9,02%, sendo a 82ª maior do mundo.

Na cidade de Botucatu-SP, 86 alunos da Escola Municipal de Ensino de Jovens e Adultos (EMEJA), neste segundo semestre, completaram o terceiro termo, equivalente a terceira série do Ensino Médio, concluindo esse curso. Para o atual secretário de Governo, Carlos Eduardo Colenci, apenas com a educação pode-se galgar maiores vitórias na vida e só quem tem o conhecimento pode alcançar maiores conquistas.

Com o aumento da demanda no Ensino Médio, o EMEJA passou a atender seus alunos na Escola Municipal de Ensino Fundamental, Dr. Cardoso de Almeida, formando, em 2012, cerca de 350 alunos.

Em uma entrevista ao site www.g1.com.br, em 08/09/2012, *Daniel Cara*, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, afirma que o Brasil apresenta estruturas, como o sistema de saúde e a assistência social, que podem ser utilizados para atrair a parcela da população adulta sem instrução às escolas. No entanto, ainda falta apoio do poder público. "Tem gente que diz que não adianta investir em EJA porque a pessoa vai morrer. Além de ser um aspecto de desrespeito ao cidadão, porque esse é um direito dele, é falta de conhecimento sobre a realidade das pessoas mais pobres. O fato de ela ter educação, mesmo que tardia, garante um enorme ganho de sobrevivência, qualidade de vida e desenvolvimento econômico", afirma Cara.

Questões sociais

De acordo com Fernandes (2013), três grandes questões sociais fazem com que, adolescentes e jovens, desistam de estudar ou então deixem a sala de aula temporariamente:

1. *Vulnerabilidade*: Alguns estudantes enfrentam problemas sociais como pobreza, uso de drogas, violência e exploração, tornando a vida instável e não priorizando a educação, levando-os a abandonar a escola. No caso de retorno, lhes restam somente a EJA.
2. *Trabalho*: A necessidade de compor ou complementar a renda familiar faz com que muitos alunos deixem o ensino fundamental antes de concluí-lo, ou estudem no período noturno, muitas vezes dificultando a adaptação e a conciliação de estudo e trabalho.
3. *Gravidez precoce*: Algumas meninas param de estudar para cuidar de seu bebê e, se retornam, acabam escolhendo a EJA, pois assim não estudam com colegas bem mais novos e conseguem concluir o curso em um tempo menor. Segundo a Fundação Perseu Abramo, em média 15%

se tornaram mães antes dos 15 anos, 15% aos 16 anos, e 19% aos 17 anos.

O sistema educacional também possui alguns problemas:

1. *Evasão Escolar*: Em 2005, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP) divulgou que a taxa de evasão escolar cresce continuamente, sendo na 1ª série de 1%, na 5ª de 8,3% e na 8ª de 14,1%.

2. *Distância da escola no campo*: para alguns alunos a distância é um empecilho para os estudos, muitas vezes tendo que andar quilômetros para ir e voltar. Reunir alunos da zona rural poderia ser uma saída para garantir que os professores alcancem o mínimo de alunos e reduzir gastos com a infraestrutura.

3. *Desmotivação*: O que a escola oferece no currículo e a forma de como isso é trabalhado provoca desinteresse nos alunos, fazendo com que muitos desistam e retornem à escola somente quando amadurecem e tomam consciência da importância dos estudos.

4. *Decisão do gestor*: Alguns gestores optam por empurrar casos problemáticos para a EJA, pois a continuação destes alunos em escolas convencionais poderia diminuir os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). Nesse caso, classificam a EJA como algo de menor importância e deixam estes alunos às margens da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conceder o direito à educação aos jovens e adultos ultrapassa a mera ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos. É um processo que deve se constituir em adequar uma educação de qualidade aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do seu tempo regular.

A EJA foi criada para educar o sujeito em consonância com a identidade, saberes, cultura e valores próprios, replicando o modelo do ensino regular.

A situação do analfabetismo ainda é um grande desafio quando a realidade aponta para uma grande parcela na rede pública que apresenta dificuldades de aprendizagem, portanto, a educação básica de qualidade para todos os cidadãos ocorrerá quando for garantido o acesso às mudanças sociais, políticas e jurídicas, e com melhorias dos métodos que facilitem a aprendizagem.

A alfabetização no Brasil é desenvolvida por estados e municípios, sendo o poder público os responsáveis diretos para a realização do ensino da EJA nos níveis básico, fundamental e médio.

Apesar de toda a evolução inserida no processo da educação brasileira, esta não progride no quesito qualidade. As avaliações de todos os níveis estão priorizadas na aprendizagem, juntamente com outros critérios. Porém, pode-se notar que os estudantes não aprendem o que as escolas se propõem a ensinar, conforme demonstra os dados colhidos pelo Ministério da Educação. Uma avaliação realizada em 2002 mostra que 59% dos estudantes que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental não sabiam ler nem escrever.

A EJA possui garantias em leis estabelecidas, mas sofre com a falta de financiamento prejudicando seu desenvolvimento (Venâncio, 2007).

Desse modo, a Educação Brasileira necessita constituir uma política de acesso, incentivar a educação, realizar busca ativa dos analfabetos e melhoria na qualidade do ensino, ou seja, inovação na educação com um modelo que atenda às necessidades de nossa população e que a faça de maneira eficaz.

REFLEXÃO

Não existe ninguém

Que nunca teve um professor na vida,

Assim como não há ninguém

Que nunca tenha tido um aluno.

Se existem analfabetos,

Provavelmente não é por vontade dos professores.

Se existem letrados, é porque um dia tiveram seus professores.

Se existe Prêmio Nobel,

É porque alunos superaram seus professores.

Se existem grandes sábios,

É porque transcenderam suas funções de professores.

Quanto mais se aprende, mais se quer ensinar,

Quanto mais se ensina, mais se quer aprender.

Içami Tiba

livro: Ensinar aprendendo – novos paradigmas na Educação.

REFERÊNCIAS

BELLO, J.L.P. **Educação no Brasil:** a História das rupturas. Artigo PDE, v.1, n.1, p.1-5, 2001.

CERATTI, M.R.N. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos**. Artigo do PDE, v.1, n.1, p.1-26, 2010.

CÉZAR, M.J.C. **A prática pedagógica e o processo de aprender do aluno da Educação de Jovens e Adultos**. Artigo do PDE, v.1, n.1, p.1-17, 2010.

DI PIERRO, M.C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**. v.1, n.55, p. 58-77, 2001.

FERNANDES, E. **Por que jovens de 15 a 17 anos estão na EJA**. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/jovens-15-17-anos-estao-eja-639052.shtml>. Acesso em 08 em Dezembro de 2013.

GATO, S.M.S.; SOUZA, M.L. EJA e o Alfabetismo Solidário: novos desafios para a afirmação de um compromisso social. **Revista: pesquisa e práticas educativas**. v.1, n.1 p. 1-11, 2011.

GENTIL, V.K. EJA: Contexto Histórico e Desafios da Formação Docente. **Revista: pesquisa e práticas educativas**. v.1, n.1 p.1-11, 2011.

JORGE, Senador José. **FUNDEB na CCJ do Senado Federal**. Relatório da PEC. Brasília, 2006, p.1-6.

LEAL, L.N.; SILVA, A. **O Estado de S. Paulo/Estadão**. 27. Set. 2013.

TROVÃO, S. **Educação de Jovens e Adultos forma mais uma turma**. Diário da Serra, Botucatu, p. A6, 05. Dez. 2013.

VENÂNCIO, J.C. Políticas públicas destinadas à educação de jovens e adultos na primeira etapa do ensino fundamental: algumas considerações. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. v.1, n.9, p.1-8, 2007.

Enviado em: fevereiro de 2014.

Revisado e Aceito: abril de 2014.